



**Ata da oitava reunião da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos
Precatórios Judiciais.**

Em 26 de junho de 2024, às 10:00 horas, realizou-se reunião ordinária da **Comissão de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais**, participaram da reunião os seguintes membros:

ANA PAULA CERRATO TAVARES – Presencial

APARECIDO INÁCIO – Presencial

ANGELA MANSUR REGO – PRESENCIAL

CLÁUDIO SÉRGIO PONTES – ON LINE

ELISABETH PEREIRA DE ANDRADE - PRESENCIAL

FABIO SCOLARI VIEIRA – Presencial

FELIPPO SCOLARI NETO – Presencial

FELIPE PITANGA – ONLINE

FRANCYS MENDES PIVA – Online

HEITOR CORNACCHIONI – ONLINE

JOÃO PAULO GUIMARÃES – ONLINE

MARCELO GATTI REIS LOBO – ONLINE

MARIA APARECIDA DIAS – ONLINE

MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS – PRESENCIAL

LUCIANA LUIZ DE LIMA – PRESENCIAL

LUIZ RENATO AVEZUM – PRESENCIAL

VINICIUS FERNANDES DE CARVALHO – ONLINE

VITOR AUGUSTO BOARI – Presencial

Pauta: Livre

Reunião Ordinária: Modalidade híbrida

Com o início da reunião foram divulgados todos os trabalhos realizados pela Comissão em conjunto com o Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca) e prestados os seguintes esclarecimentos:

1-) Foi comunicado o andamento dos projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa sobre a majoração do teto limite da requisição de pequeno valor (RPV) no âmbito estadual e os próximos passos que serão realizados pela Comissão acerca da questão.

Com a palavra o Dr. Aparecido Inácio sugeriu uma ampla mobilização das entidades de servidores para encampar a iniciativa e se colocou à disposição para auxiliar no que for necessário.

2-) Em seguida foi informado o atual andamento do Inquérito Policial nº 1517526-18.2021.8.26.0050, que trata sobre a questão dos golpes dos precatórios e as orientações pertinentes de modo a evitar que novos credores sejam lesados;

3-) A Comissão constatou irregularidades no plano de pagamento de precatórios relativo ao ano de 2023 e por intermédio da MADECA irá solicitar providências junto ao Tribunal de Justiça ou ao Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), se for o caso, para que tome as providências cabíveis para a complementação do pagamento;

4-) Abordou-se ainda uma manifesta preocupação com uma nova Emenda Constitucional que tramita no Congresso acerca da prorrogação “perpétua” dos pagamentos dos precatórios e segundo o Dr. Marcelo Lobo, integrante do Conselho Federal da OAB, se colocará à disposição, através do Conselho Federal, para auxiliar a Comissão no que for preciso no âmbito Federal;

5-) Houve o relato de atraso no pagamento das RPVs do Estado de São Paulo nos meses de abril e maio de 2024 e a Comissão irá apurar o que ocorreu e quando será normalizado. No entanto, a sugestão abordada em reunião foi para que cada advogado peticione nos autos solicitando o imediato pagamento sob pena de sequestro/penhora;

6-) Também foi divulgado pela Comissão o resultado da reunião realizada com o Desembargador Corregedor sobre a extensão das horas extraordinárias dos servidores até agosto de 2024 e também foi pleiteado a maior transparência na divulgação das notas publicadas pelo Tribunal no que diz respeito a liberação dos pagamentos dos precatórios.

Encerrou-se a reunião às 11:00, com a assinatura dos presentes na lista entregue à Secretaria das Comissões.

FELIPPO SCOLARI NETO

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais

FABIO SCOLARI VIEIRA

Secretário da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais